



## INEFICÁCIA DA PROTEÇÃO JURÍDICA CONTRA A EXPOSIÇÃO NÃO CONSENTIDA DE PORNOGRAFIA FEMININA NA INTERNET

Autor: Giovanna Mattos de Oliveira

E-mail: giovannabel@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Silvio Marques Garcia

Instituição: FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

Agência Financiadora: FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

Palavras-chave: Pornografia Feminina; Consentida; Revenge Porn; Machismo; Sociedade; Amparo

### INTRODUÇÃO

A pesquisa objetiva, em primeiro plano, analisar social e juridicamente o fenômeno da exposição pornográfica não consentida com enfoque na figura feminina como a principal vítima. O estudo demonstra por meio de análise histórica a posição da mulher socialmente e o porquê essa posição a torna alvo da exposição não consentida.

Foi necessário que a princípio se definisse os conceitos de intimidade e privacidade e como ambos são tutelados constitucionalmente; a exposição pornográfica não consentida e seus sujeitos e trazer esses pontos para o mundo da rede social, que é onde ocorre a exposição.

O embasamento foi realizado nos conhecimentos do professor e autor Spencer Toth Sydow em conjunto com Ana Lara Camargo de Castro que teorizam a exposição pornográfica não consentida a dividindo em tipos, motivações e origens. Foi também de muito embasamento os pensamentos de Miguel Reale Junior acerca dos limites da liberdade de expressão e como não se admite sua violação em nenhum caso em que conteúdo essencial da dignidade humana for atingido.

Fundado nessas conceituações principais, o estudo sobre a exposição pornográfica não consentida se encaminha para o amparo jurídico das mulheres vítimas e a dificuldade que encontram em ter seus direitos tutelados.

### METODOLOGIA

A pesquisa é amparada por dissertações doutrinárias consultadas em bibliografias, artigos científicos nacionais e internacionais, jurisprudências a respeito de casos relacionados a exposição pornográfica não consentida (como é o caso da Lei N° 12.737/2012) e nos próprios códigos. Além disso também foi feita a partir da junta de diversas fontes uma análise histórica para a origem da problemática por meio de artigos e pesquisas.

### RESULTADO E DISCUSSÕES

Tem-se até o dado momento como resultados e discussões de maior destaque a motivação de serem as mulheres as principais vítimas do fenômeno da exposição pornográfica não consentida; a conceituação do fenômeno em si com seus tipos e seus agentes; e o amparo da intimidade e da privacidade em geral adotada pelo ordenamento brasileiro.

### CONCLUSÃO

A exposição pornográfica não consentida se mostra uma problemática muito atual devido a presente era digital e, em contrário ao fato da crescente das redes sociais, o amparo jurídico que têm essas questões é pouco variado, senão não variado de forma alguma.

Tendo as mulheres como as principais vítimas da pauta em questão, torna-se ainda mais morosa a busca por resultados eficazes nos casos, uma vez que fica constatado o caráter machista e patriarcal da sociedade brasileira que não se preocupa em resolver os conflitos de interesse que ferem a imagem, dignidade, honra, intimidade e privacidade da vítima.

Finalmente, é fundamental que não apenas sejam criadas leis de caráter próprio à exposição pornográfica não consentida, mas que também sejam postas em práticas não elas somente, como também as medidas cabíveis já existentes.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JUNIOR, Miguel Reale – **Limites à liberdade de expressão**, Santa Catarina: Portal Periódicos/ UNOESC, 2010.

SYDOW, Spencer Toth e CASTRO, Ana Lara Camargo. **Exposição pornográfica não consentida na internet: da pornografia de vingança ao lucro**. 2ª ed. Ver Belo Horizonte: D'Plácido, 2019..

DOTTI, René Ariel. **Proteção da vida privada e liberdade de informação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.